



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

Aos 21 dias do mês de Março de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 55/XII, 56/XII, 57/XII e 58/XII (relativas às reuniões de 6, 7 e 14 de março de 2012)

2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo BE, para audição do Secretário de Estado da Energia e do ex-Secretário de Estado da Energia;

3. Apreciação e votação do parecer sobre a PPL n.º 46/XII/1ª – "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

4. Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 45/XII/1.ª – "Aprova o Novo Regime Jurídico da Concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto."

5. Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 41/XII/1.ª – "Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no sector do transporte marítimo";

6. Fixação da redação final relativa à PPL n.º 35/XII – "Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008."

7. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre certos aspetos dos serviços aéreos [COM(2012)29]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS);



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

8. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1225/2009 do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo à defesa contra as importações objeto de dumping dos países não membros da Comunidade Europeia [COM(2012)41]

Relatora: Deputada Paula Cardoso (PSD);

9. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo sobre certos aspetos dos serviços aéreos entre a União Europeia e a República Democrática Socialista do Sri Lanka [COM(2012)39]

Relatora: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD);

10. Apresentação do Plano de Atividades do GT - Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (QICE);

11. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 55/XII, 56/XII, 57/XII e 58/XII (relativas às reuniões de 6, 7 e 14 de março de 2012)

Submetidas à votação, foram as atas n.ºs 55/XII, 56/XII, 57/XII e 58/XII, relativas às reuniões de 6, 7 e 14 de março de 2012, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento, apresentado pelo BE, para audição do Secretário de Estado da Energia e do ex-Secretário de Estado da Energia;

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) apresentou sucintamente o requerimento para audição do Secretário de Estado da Energia e do ex-Secretário de Estado da Energia, sobre as rendas pagas pelo sistema elétrico nacional às grandes produtoras de eletricidade.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), para considerar normal e usual a mudança de alguns protagonistas do Governo, não implicando isso uma alteração da



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

política seguida, e para informar que, para bom esclarecimento da situação, o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente o requerimento e sugerir que se fizesse primeiro a audição do ex-Secretário de Estado da Energia e depois a do atual Secretário de Estado da Energia; Paulo Campos (PS), para concordar com o requerimento; Agostinho Lopes (PCP), também para concordar com o requerimento; e João Paulo Viegas (CDS-PP), igualmente para informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Ainda neste ponto da ordem do dia, a Deputada Catarina Martins (BE) usou da palavra para concordar com a sugestão apresentada pelo PSD e solicitar que o Senhor Presidente encete diligências no sentido de serem enviados à Comissão os estudos sobre as rendas da eletricidade que estão na posse do Governo.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a PPL nº 46/XII/1ª – "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou o parecer relativo à PPL 46/XII/1.ª, defendendo que esta revisão do Código Laboral toca matéria que diz respeito à vida de muitas centenas de milhares de portugueses. Informou que o parecer que elaborou pronuncia-se eminentemente sobre a sua vertente económica. Referiu também que o Governo afirma como objetivos desta iniciativa legislativa o aumento da produtividade, da competitividade, do emprego, do crescimento económico e da sustentabilidade da dívida pública e recorre a dois instrumentos: o preço da força de trabalho e a flexibilidade da sua utilização. Considera não haver qualquer reflexão teórica existente que suporte as alterações agora propostas. Criticou a ideia de que mais tempo de trabalho e maior volume de produção se traduzirá em maior produtividade, produção mais barata e maior competitividade e lembrou que experiências conhecidas mostram precisamente o contrário. Concluiu defendendo que, se estas medidas forem concretizadas, resultarão numa maior degradação económica e social do país. Finalmente, explanou o entendimento que a proposta de lei em apreço viola um conjunto de alíneas do artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa, pelo que conclui, no seu parecer, que a PPL não reúne os requisitos para subir a Plenário.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) usou da palavra para cumprimentar o relator e discordar da posição expressa por este no seu parecer, para distinguir entre proteção do trabalhador e proteção do posto de trabalho, para defender que as entidades patronais são as únicas entidades com capacidade de criar postos de trabalho no sector privado, e afirmar que o PCP tem tido sempre um pacto de agressão contra as entidades patronais; para denunciar incongruências entre a posição do relator contra a bolsa de horas prevista na PPL e a defesa das horas extraordinárias; para refutar os argumentos utilizados no parecer e manifestar a forte discordância do seu grupo parlamentar em relação ao parecer, nos termos em que está redigido.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) cumprimentou o relator e expressou concordância com o parecer. Discordou também da oradora anterior e da argumentação que expendeu sobre as entidades patronais, para defender que é o trabalho que cria a riqueza e para afirmar que a forma como as horas extraordinárias são pagas tem também a finalidade de dissuadir as entidades empregadoras de a elas recorrerem. Referiu que as empresas privadas que estão preocupadas com a sustentabilidade do trabalho e da produção queixam-se acima de tudo da queda do consumo interno, da falta de acesso ao crédito e dos custos excessivos da energia e não dos problemas do mercado de trabalho. Concluiu que quem aposta tudo em desregular o mercado do trabalho fá-lo por motivos ideológicos e não por ligação à realidade.

Também a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) cumprimentou o relator, informou que o seu grupo parlamentar reservará a sua posição para o debate em Plenário, não querendo entrar, em sede de Comissão, em questões que são parciais. Referiu que o seu grupo parlamentar concorda com algumas afirmações do parecer mas não com as suas conclusões, porque entende que, do ponto de vista legal, a PPL cumpre os requisitos para subir a Plenário. Sugere que o relator remeta as suas opiniões sobre o diploma para a parte II do parecer (opinião do relator) e nas conclusões fazer uma análise estritamente jurídica.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi afirmado, depois de cumprimentar o relator, que o seu grupo parlamentar não pode votar a favor do parecer, tal qual estava. Considerou a reforma que se faz com esta PPL como importante e decisiva e concluiu que o que ouve por parte do PCP a este respeito não se enquadra em nada com o que se passa nas empresas e com o que os trabalhadores querem.

Concluiu a discussão deste ponto da ordem do dia o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), respondendo às afirmações dos vários oradores, considerando que a contradição entre



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

proteção do trabalhador e proteção do posto de trabalho era um simplismo com que se pretendia justificar o injustificável e o PSD não defendia um nem o outro; para defender que o pacto de agressão que está em curso contra o povo português agride também a generalidade das empresas portuguesas, sobretudo as micro e pequenas e médias empresas; para reiterar que o aumento do tempo de trabalho não significa aumento da produção e da produtividade; para esclarecer que as reformas na legislação laboral estão a ser feitas desde 1976 e são sempre consideradas decisivas e definitivas para a resolução dos problemas da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. Finalmente, informou que não aceitava as propostas de alterar o parecer, porque, efetivamente, em seu entender a PPL em causa ofende a Constituição da República Portuguesa.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS.

4. Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 45/XII/1.ª – "Aprova o Novo Regime Jurídico da Concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto."

Iniciada a apreciação na especialidade da PPL n.º 45/XII/1.ª, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) solicitou que pudesse apresentar logo a proposta de alteração subscrita pelo seu grupo parlamentar, porque depois teria de se ausentar, para acompanhar os trabalhos de outra Comissão.

A apresentação das propostas de alteração bem como toda a discussão e votação na especialidade da PPL n.º 45/XII decorreram nos termos do relatório de votação e da gravação áudio que estão disponíveis na página na Internet da iniciativa legislativa.

5. Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 41/XII/1.ª – "Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no sector do transporte marítimo";

Iniciada a discussão na especialidade da PPL 41/XII/1.ª, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para apresentar uma proposta oral de substituição de designação do Gabinete de Investigação e de Prevenção de Acidentes Marítimos (GPIAM) por Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM). Usaram também da palavra os



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

Senhores Deputados Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD), para fazer uma apreciação geral da iniciativa legislativa; Paulo Campos (PS), para concordar com as questões essenciais da PPL, mas expressar reservas por, no momento presente, se estar a criar um novo organismo; Hélder Amaral (CDS-PP), para concordar com o PSD; e Luís Menezes (PSD), para responder ao Deputado Paulo Campos.

A discussão e votação da PPL decorreram nos termos do relatório de votações e da gravação áudio que está disponível na página da Internet da iniciativa legislativa.

6. Fixação da redação final relativa à PPL n.º 35/XII – "Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008."

O Senhor Presidente submeteu à apreciação dos Deputados a redação final relativa à PPL n.º 35/XII/1.ª, tendo a mesma sido fixada sem votos contra, com aceitação das sugestões apresentadas pelo serviço competente e das demais assinaladas no texto.

7. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre certos aspetos dos serviços aéreos [COM(2012)29]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS);

De seguida, foi apresentado, pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) o parecer sobre a COM(2012)29.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

8. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1225/2009 do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo à defesa contra as importações objeto de dumping dos países não membros da Comunidade Europeia [COM(2012)41]



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

Relatora: Deputada Paula Cardoso (PSD);

Pela Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) foi apresentado o parecer sobre a COM(2012)41.

Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), para defender que no futuro se deveria repensar a elaboração destes pareceres.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

9. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo sobre certos aspetos dos serviços aéreos entre a União Europeia e a República Democrática Socialista do Sri Lanca [COM(2012)39]

Relatora: Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD);

Foi depois apresentado pela Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) o parecer sobre a COM(2012)39.

Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Campos (PS), para cumprimentar a relatora e informar que o seu grupo parlamentar se associava ao parecer.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do BE e do PEV.

10. Apresentação do Plano de Atividades do GT - Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (QICE);

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), coordenador do Grupo de Trabalho, apresentou sucintamente o plano de atividades do grupo de trabalho.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), para concordar com o coordenador do GT, e Pedro Saraiva (PSD), para realçar, ao longo do tempo que o GT tem estado a trabalhar, a quantidade e qualidade do contributo dado pela Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, em termos de informação sobre legislação comparada.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

11. Outros assuntos

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Deputados se pretendiam apreciar nesse momento o requerimento do PSD para audição do Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), ou se deveria ser adiado para a reunião ordinária seguinte. Não tendo havido oposição quanto à apreciação imediata do requerimento, deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), que apresentou sucintamente as razões do requerimento.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes (PCP), para concordar com o requerimento e defender que a AdC deveria vir à Comissão pelo menos uma vez por ano para discutir o seu relatório de atividades no que toca a matérias da área da Comissão e solicitar que nesta audição se discutam os relatórios de atividades de 2010 e 2011 da AdC; e Fernando Serrasqueiro (PS), para concordar com a audição e informar que o seu grupo parlamentar gostaria também de ouvir o Governo sobre a criação da rede de distribuição de combustíveis *low cost*, bem como sobre a harmonização da fiscalidade nos combustíveis.

Antes de submeter o requerimento a votação, o Senhor Presidente informou que para ouvir o Governo e fazer as audições que já estavam aprovadas nunca se conseguiria marcar esta audição antes de abril e, uma vez que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego viria à Comissão no dia 11 de abril, pelas 10 horas, para a realização da audição no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, que tinha sido adiada, sugeriu que fosse aproveitada essa oportunidade para abordar também este tema.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) usou ainda da palavra para expressar concordância com as propostas do Deputado Agostinho Lopes e do Presidente da Comissão.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Finalmente, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) requereu que fosse solicitado ao Governo o envio dos relatórios de atividades da AdC de 2010 e 2011.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 59/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
António Leitão Amaro
Basílio Horta
Carlos São Martinho
Maria Paula Cardoso
Mendes Bota
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: